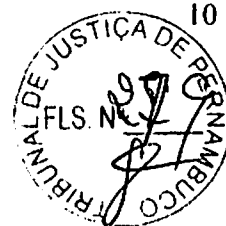




PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA



037

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0153844-1

APELANTE: Ministério Público de Pernambuco

APELADO: Ildefonso de Lira Belchior

RELATOR: Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

REVISOR: Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho

ÓRGÃO JULGADOR: 3ª Câmara Criminal

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. Cristiane Maria Caitano da Silva (Convocada)

EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. JÚRI. HOMICÍDIO QUALIFICADO. LEGÍTIMA DEFESA DA HONRA. ABSOLVIÇÃO. RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. ALEGAÇÃO DE JULGAMENTO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIO À PROVA DOS AUTOS. ANULAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. EXISTÊNCIA DE DUAS VERSÕES. OPÇÃO DOS JURADOS POR UMA DA TESES SUBSIDIADA EM ELEMENTOS PROBATÓRIOS CONTIDOS NOS AUTOS. RECURSO IMPROVIDO.

5467

1. Anula-se o julgamento proferido pelo Tribunal do Júri, com fundamento no art. 593, inciso III, alínea d, nas hipóteses em que a decisão do Conselho de Sentença é arbitrária, dissociando-se completamente da prova dos autos. Existindo nos autos duas versões, não é manifestamente contrária à prova dos autos a decisão do Tribunal do Júri que acolhe, com base no conjunto probatório umas das teses ventiladas. Precedentes.
2. Recurso improvido. Decisão Unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Criminal nº 0153844-1, da Comarca de São Joaquim do Monte - PE, em que figuram, como apelante, o Ministério Público do Estado de Pernambuco e, como apelado, Ildefonso de Lira Belchior, acordam os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão do dia 17/12/2009, por decisão unânime, em negar provimento ao recurso ministerial, tudo conforme consta do relatório e do voto digitados em anexo, que passam a fazer parte do presente julgado.

Recife 17 de dezembro de 2009.

Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA



038

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0153844-1

APELANTE: Ministério Público de Pernambuco

APELADO: Ildefonso de Lira Belchior

RELATOR: Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

ÓRGÃO JULGADOR: 3ª Câmara Criminal

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. Cristiane Maria Caitano da Silva (Convocada)

RELATÓRIO

O Representante do Ministério Público do Estado de Pernambuco denunciou ILDEFONSO DE LIRA BELCHIOR (ou Idelfonso), qualificado na fl. 02 dos autos, pela prática do tipo penal previsto no art. 121, § 2º, inciso IV, do Código Penal Pátrio (homicídio qualificado pelo uso de meio que impossibilitou a defesa da vítima).

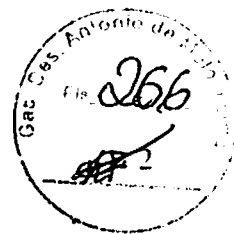
A denúncia foi recebida em 03/08/2000 (fl. 02).

Regularmente citado, conforme certidão de fl. 38v, o acusado foi interrogado em Juízo, às fls. 39/41, oferecendo Defesa Prévia com rol de testemunhas à fl. 42.

Durante a instrução foram inquiridas 05 (cinco) testemunhas e 01 (uma) informante arroladas pela acusação, além de 04 (quatro) testemunhas arroladas pela defesa (fls. 54/56; 69/71; 87/88; 120; 134/136; 156/157; 182/183).

Às fls. 95/96, consta petição do Advogado Sebastião Cavalcanti, requerendo sua habilitação no processo como assistente da acusação, representando a viúva da vítima, Sra. Maria Rosilene da Silva Cruz. Não obstante não ter o Representante do *Parquet* se oposto a tal pedido (fl. 97), e embora regularmente intimado (fl. 106) para o ato processual imediatamente posterior ao requerimento, não há nos autos qualquer manifestação do assistente da acusação.

Alegações Finais do Ministério Público às fls. 186/189, pugnando pela pronúncia do acusado nos termos da denúncia.



039

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

A defesa, por sua vez, apresentou suas razões finais às fls. 192/194, requerendo a absolvição do acusado, sob o fundamento de que o mesmo agiu sob o manto da excludente de ilicitude da legítima defesa da honra.

Sentença de Pronúncia às fls. 196/197.

Libelo-Crime Acusatório à fl. 203.

A Defesa reservou-se no direito de contrariar o Libelo durante o Plenário do Júri, ocasião na qual forneceu o novo endereço do acusado (fl. 207).

Em sessão realizada aos 19/09/2005, o Conselho de Sentença do Tribunal do Júri da Comarca de São Joaquim do Monte – PE, acolhendo a tese de legítima defesa da honra, absolveu o réu (fls. 227/229).

Interrogatório do réu e sentença absolutória, respectivamente, às fls. 224/226 e 231/232.

Irresignado, o Representante do Ministério Público interpôs recurso de apelação, com esboço no art. 593, inciso III, alínea "d", do Código de Processo Penal (fl. 236), cujas razões constam às fls. 239/243. A defesa ofereceu contra-razões às fls. 247/249, pela manutenção do julgado.

A Procuradoria de Justiça, em parecer da lavra da Dr. Cristiane Maria Caitano da Silva, opinou pelo provimento do recurso ministerial (fls. 259/262).

É o relatório. Ao Revisor.

Antes, porém, remetam-se os autos ao setor de distribuição, para que seja corrigido o nome do apelado.

Recife 29 de maio de 2008.

Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA



040

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0153844-1

APELANTE: Ministério Público de Pernambuco

APELADO: Ildefonso de Lira Belchior

RELATOR: Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

REVISOR: Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho

ÓRGÃO JULGADOR: 3ª Câmara Criminal

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. Cristiane Maria Caitano da Silva (Convocada)

VOTO DO RELATOR

Srs. Desembargadores.

Trata-se de recurso de apelação interposto pelo Ministério Público de Pernambuco, com amparo no artigo 593, inciso III, alínea "d", do Código de Processo Penal, contra decisão do Tribunal de Júri da Comarca de São Joaquim do Monte/PE, que absolveu o réu Ildefonso de Lira Belchior, denunciado como incurso no tipo penal previsto no art. 121, § 2º, inciso IV, do Código Penal Pátrio (homicídio qualificado pelo uso de recurso que impossibilitou a defesa da vítima).

Em suas razões, alega o Representante do *Parquet*, em síntese, que a decisão do Conselho de Sentença foi manifestamente contrária à prova dos autos, posto que a versão apresentada pelo acusado não encontra eco no conjunto probatório.

A defesa, por sua vez, contra-arrazoou o recurso pugnando pelo não provimento do apelo.

Cuido, no entanto, que o apelo ministerial não deve prosperar.

Vejamos.

A materialidade delitiva encontra-se documentada às fls. 12/14.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA



041

A autoria também é incontestada, tendo em vista a confissão do acusado, que, contudo, alega ter agido em legítima defesa de sua honra.

Afere-se dos autos que uma filha do acusado, de nome Glauce, quando ainda era menor de idade, trabalhou na padaria de propriedade da vítima, e, neste período, com ela manteve um relacionamento amoroso, tendo a vítima desvirginado-a. Passados alguns anos, quando a filha do acusado estava noiva de outro rapaz e prestes a casar, a vítima passou a comentar na cidade sobre o relacionamento que manteve com aquela, chegando ditos comentários aos ouvidos do seu noivo, o qual, ao descobrir que ela não era mais virgem, cancelou o casamento, relatando todo o ocorrido para o pai de Glauce, ora apelado.

Dois dias após ter conhecimento de que sua filha tinha sido desvirginada pela vítima e que este foi o motivo do cancelamento do casamento, o acusado encontrou-se com a vítima, oportunidade em que, após rápida discussão, desferiu contra o ofendido 04 (quatro) disparos de arma de fogo, causando-lhe a morte.

O acusado, nas três ocasiões em que foi ouvido, alegou ter sido agredido verbalmente pela vítima, com expressões que ofenderam a sua honra. Vejamos suas declarações perante o plenário do Júri:

“(...) que no dia do fato, 08 de abril de 2000, no sábado, por volta da 06 horas da manhã, ele interrogando estava no sítio Bananeirinha para vender leite, quando se dirigiu para a bodega de DOMÍCIO para *‘fazer umas comprinhas’*; que assim que chegou na frente da bodega de DOMÍCIO avistou a vítima; **que naquela ocasião a vítima olhou para ele interrogando e perguntou ‘o que é que você está querendo comigo’**; que ele interrogando respondeu *‘você fez o que fez, ainda vem me perguntar, me deixe em paz’*; que a vítima então disse a ele interrogando *‘comi sua filha, como sua mulher e como o seu, seu fresco’*; que o interrogando respondeu para a vítima *‘me respeite cachorro’*; que em seguida a vítima fez menção que fosse pegar alguma coisa; que ele interrogando naquele momento pegou um revólver, um 38, e efetuou 04 disparos



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA



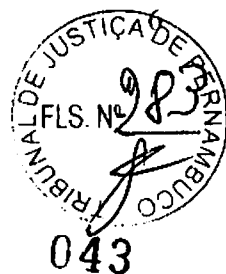
contra a vítima; que em seguida saiu correndo e chorando; que depois dos tiros a vítima não esboçou nenhuma reação; (...) que no dia 06 de abril de 2000, ele interrogando se encontrava nesta cidade de São Joaquim do Monte quando recebeu um telefonema do noivo de sua filha dizendo que precisava falar com ele; que no mesmo dia ele interrogando foi até Bonito para falar com o noivo de sua filha, chamado ANDRÉ; que quando se encontrou com o mesmo este disse para ele interrogando *'que o casamento com GLAUCE estava acabado, pois GLAUCE havia tido um negócio com EDMILSON e não era mais virgem'* que naquele momento ele interrogando lembrou do que tinha acontecido há alguns anos passados; que ele interrogando foi com o então noivo de sua filha, ANDRÉ, até a sua casa na cidade de Cupira; que lá chegando encontrou sua filha sentada no sofá chorando e que ao perguntar a ela se era verdade o que ANDRÉ havia lhe dito a mesma respondeu que sim e que não tinha dito nada porque EDMILSON sempre lhe ameaçava; (...) que no momento da discussão entre ele e a vítima esta se encontrava dentro do carro, um furgão, na parte de trás; que em nenhum momento a vítima chegou a sair do carro; que confirma o seu depoimento judicial, acostado às fls. 39/41 quando disse *'que lembra que o primeiro tiro pegou de lado da vítima e o segundo possivelmente na parte posterior do corpo da vítima'*; que confirma o seu depoimento judicial acostado às fls. 39/41 quando disse *'que não viu a vítima com alguma arma, mas presumiu que ela estivesse armada'*; (...) (fls. 224/226) Grifei

Das testemunhas arroladas pela acusação, apenas uma estava próxima ao local do fato, contudo, não viu nem ouviu a possível discussão ocorrida entre vítima e acusado, tendo escutado apenas os disparos de arma de fogo. Em Juízo, a testemunha Domicílio Felismino de Almeida afirmou o seguinte:

"(...) que no dia relatado na denúncia, por volta das seis horas da manhã, a vítima, após perguntar à testemunha quantos pães desejava, foi até a Kombi Baú dela apanhar os trezentos pães que



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA



a testemunha lhe dissera precisar; que em seguida viu quando o réu aproximou-se em uma moto e posteriormente **dirigiu-se à vítima, como se fosse tratar de um negócio; que não chegou a ouvir a conversa ocorrida entre o réu e a vítima, mas ouviu os disparos, que vinham do local onde estava a Kombi da vítima; que em seguida viu quando o réu, pegando a moto dele, fugiu do local; que imediatamente foi à Kombi, onde encontrou a vítima caída sobre os pães, ensangüentada, mas ainda respirava, (...) (fls. 54/55) Grifei.**

As demais testemunhas arroladas pela acusação não presenciaram o crime, resumindo-se suas declarações em relatos ouvidos de terceiros (fls. 69/71; e 87/88).

A filha do acusado, Glauce Gomes da Silva, informante arrolada pela acusação, declarou em Juízo:

“Que é verdadeira a imputação feita ao réu, na denúncia, pois o mesmo assassinara a vítima porque em tendo a declarante trabalhado na padaria de propriedade da vítima, esta passou a assediar a declarante e veio com a mesma manter relações carnavais; que na ocasião a declarante contava com treze anos de idade, que somente soube que o acusado tomou conhecimento de que a declarante praticara relações sexuais com a vítima, após a ocorrência do crime. (...) **que algum tempo após haver saído da Padaria da vítima, não mais tendo relações com a mesma, a declarante ficou noiva de outro rapaz e por ocasião da distribuição dos convites para os amigos, a vítima passou a comentar na localidade que havia mantido relações sexuais com a declarante, fato este que fez como que o noivo terminasse o casamento;**” (fl. 120) (SIC) Grifei.

Por outro lado, as testemunhas arroladas pela defesa também não presenciaram o crime, trazendo aos autos tão-somente comentários que ouviram de terceiros sobre o fato.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA



“que pelos comentários que ouviu sobre os fatos, uma vez que não os assistiu pessoalmente, o acusado teria atirado na vítima, em razão de a vítima ter seduzido uma filha do réu e comentado a respeito; (...)”

(José Antonio da Silva, às fls. 134/135)

“que soube que o motivo do crime foi porque a vítima ‘mexeu’ com a filha do acusado e saiu falando publicamente sobre o caso; (...)”

(Pedro José da Silva, à fl. 135)

“(...) que também por comentários ficou sabendo que a vítima falava que desmoralizaria o acusado; que no dia dos fatos narrados na denúncia, também por ouvir dizer, houve um confronto entre acusado e vítima. (...)” Grifei

(Aderval bezerra de Gouveia, às fl. 156/157)

“(...) que ouviu comentários de que houve efetivamente uma discussão entre o acusado e a vítima antes do fato narrado na denúncia; que teriam se encontrado em um cruzamento; que a vítima teria dito alguma coisa ofensiva ao réu; que então o réu retornou e passou a discutir com a vítima; que então o réu teria atirado na vítima; (...)” Grifei

(Ulisses de Souza Ferraz Filho, às fls. 182/183)

Pois bem. Na hipótese, percebe-se claramente a existência de duas versões a respeito do ocorrido, a da Acusação, no sentido de que o ora apelado praticou homicídio qualificado por uso de recurso que impossibilitou a defesa da vítima; e a da Defesa, sustentando que a agressão fora praticada em legítima defesa da honra. Ambas apoiadas em elementos probatórios constantes dos autos.

Como sabido, no ordenamento jurídico brasileiro prevalece o princípio da soberania dos veredictos (art. 5º, XXXVIII da Constituição Federal), segundo o qual a decisão do Tribunal do Júri só deixará de prevalecer quando arbitrária, integralmente dissociada da prova dos autos.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA



045

In casu, em que pesem as alegações do zeloso Promotor de Justiça, a análise dos autos evidencia que a tese acolhida pelo Conselho de Sentença foi a mesma sustentada pela Defesa durante toda a instrução criminal, bem como perante o Plenário do Júri, havendo nos autos elementos de prova que confirmam a versão do recorrido.

Com efeito, não se caracteriza como manifestamente contrária à prova dos autos a decisão que opta por uma das versões trazidas aos autos, desde que não seja inteiramente divorciada do acervo probatório. E assim o é porque ao Tribunal do Júri, como juiz natural, cabe a escolha dentre as teses levantadas, acolhendo aquela que lhe pareça mais adequada.

Deste modo, se há nos autos duas versões sobre o fato típico, optando o Conselho de Sentença por uma destas, torna-se impossível a anulação do veredicto, já que tal procedimento só é admissível quando a decisão dos jurados for totalmente arbitrária e dissociada do conjunto probatório, o que, como visto, não ocorreu no caso presente.

Confira-se, a propósito, o seguinte precedente do Superir Tribunal de Justiça:

“RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL PENAL E PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. TRIBUNAL DO JÚRI. ABSOLVIÇÃO. ALEGAÇÃO DE QUE A DECISÃO FORA CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS NÃO RECONHECIDA PELA INSTÂNCIA A QUO. EXISTÊNCIA DE ELEMENTOS DE PROVA QUE SUBSIDIARAM A OPÇÃO DO JÚRI POPULAR POR UMA DAS VERSÕES APRESENTADAS. SOBERANIA DOS VEREDICTOS. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. VIA IMPRÓPRIA. SÚMULA N.º 7 DESTA CORTE SUPERIOR. 1. Anula-se o julgamento proferido pelo Tribunal do Júri, com fundamento no art. 593, inciso III, alínea d, nas hipóteses em que a decisão do Conselho de Sentença é arbitrária, dissociando-se completamente da prova dos autos, o que não ocorre quando



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA



046

os jurados, amparados pelo conjunto probatório existente, optam por uma das versões apresentadas (...)" (REsp 680.286/AP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 20.03.2007, DJ 14.05.2007 p. 374). Destaquei.

Por todo o exposto, pedindo vênica à Douta Procuradoria de Justiça, **nego provimento ao presente recurso ministerial**, devendo ser mantida em sua integralidade a decisão vergastada.

É como voto.

Após o trânsito em julgado desta decisão, remetam-se os autos ao Juízo de origem.

Recife/ 7 de dezembro de 2009.

Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

047

APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0153844-1

COMARCA : São Joaquim do Monte – Vara Única
APELANTE : Ministério Público Estadual
APELADO : Ildefonso de Lira Belchior
RELATOR : Des. Antônio de Melo e Lima
REVISOR : Des. Nivaldo Mulatinho Filho

VOTO DE REVISÃO

ILDEFONSO DE LIRA BELCHIOR, pronunciado por homicídio qualificado (art. 121, §2º, IV, do CP), às fls. 196/197, foi submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri da Comarca de São Joaquim do Monte. O Conselho de Sentença decidiu absolver o acusado, acolhendo a tese defensiva da legítima defesa da honra, entendendo que, apesar de ter agido com excesso, tal não foi doloso nem culposos (fls. 232).

Em suas razões de fls. 239/243, o Representante do Ministério Público pugna pela submissão do acusado a novo julgamento, por entender que o veredicto deve ser anulado, pois a decisão foi contrária à prova dos autos.

A Defesa contrarrazoou (fls. 247/249), pugnando pela manutenção da decisão do Júri Popular.

Instada a se pronunciar, a douta Procuradoria de Justiça, na pessoa da Dra. Cristiane Maria Caitano da Silva, ofertou Parecer de fls. 259/262, opinando pela procedência do recurso interposto.

Como veremos, duas versões foram trazidas no curso do Processo originário: a ministerial, pela qual o acusado praticou homicídio qualificado por uso de recurso que impossibilitou a defesa da vítima, e a defensiva, que pugna pelo reconhecimento da excludente da legítima defesa da honra.

Vejamos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

048

"(...) que no dia do fato, 08 de abril de 2000, no sábado, por volta das 06 horas da manhã, ele interrogando estava no sítio Bananeirinha para vender leite, quando se dirigiu para a bodega de DOMÍCIO para *'fazer umas comprinhas'*; que assim que chegou na frente da bodega de DOMÍCIO avistou a vítima; que naquela ocasião a vítima olhou para ele interrogando e perguntou *'o que é que você está querendo comigo'*; que ele interrogando respondeu *'você fez o que fez ainda vem me perguntar, me deixe em paz'*; que a vítima então disse a ele interrogando *'comi sua filha, como sua mulher e como o seu, seu fresco'*; que o interrogando respondeu para a vítima *'me respeite cachorro'*; que em seguida a vítima fez menção que fosse pegar alguma coisa; que ele interrogando naquele momento pegou um revólver, um 38, e efetuou 04 disparos contra a vítima; que em seguida saiu correndo e chorando; que depois dos tiros a vítima não esboçou nenhuma reação; (...) que no dia 06 de abril de 2000, ele interrogando se encontrava nesta cidade de São Joaquim do Monte quando recebeu um telefonema do noivo de sua filha dizendo que precisava falar com ele; que no mesmo dia ele interrogando foi até Bonito para falar com o noivo de sua filha, chamado ANDRÉ; que quando se encontrou com o mesmo este disse para ele interrogando *'que o casamento com GLAUCE estava acabado, pois GLAUCE havia tido um negócio com EDMILSON e não era mais virgem'* que naquele momento ele interrogando lembrou do que tinha acontecido há alguns anos passados; que ele interrogando foi com o então noivo de sua filha, ANDRÉ, até a sua casa na cidade de Cupira; que lá chegando encontrou sua filha sentada no sofá chorando e que ao perguntar a ela se era verdade o que ANDRÉ havia lhe dito a mesma respondeu que sim e que não tinha dito nada porque EDMILSON sempre lhe ameaçava; (...) que no momento da discussão entre ele e a vítima esta se encontrava dentro do carro, um furgão, na parte de trás; que em nenhum momento a vítima chegou a sair do carro; que confirma o seu depoimento judicial, acostado às fls. 39/41 quando disse *'que lembra que o primeiro tiro pegou de lado da vítima e o segundo possivelmente na parte posterior do corpo da vítima'*; que confirma o seu depoimento judicial acostado às fls. 39/41 quando disse *'que não viu a vítima com alguma arma, mas*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

049

presumiu que ela estivesse armada'; (...)" (interrogatório em Plenário do acusado Ildefonso de Lira Belchior, às fls. 224/226 – grifos nossos).

"(...) que no dia relatado na denúncia, por volta das seis horas da manhã, a vítima, após perguntar à testemunha quantos pães desejava, foi até a Kombi Baú dela apanhar os trezentos pães que a testemunha lhe dissera precisar; que em seguida viu quando o réu aproximou-se em uma moto e posteriormente dirigiu-se à vítima, como se fosse tratar de um negócio; que não chegou a ouvir a conversa ocorrida entre o réu e a vítima, mas ouviu os disparos, que vinham do local onde estava a Kombi da vítima; que em seguida viu quando o réu, pegando a moto dele, fugiu do local; que imediatamente foi à Kombi, onde encontrou a vítima caída sobre os pães, ensangüentada, mas ainda respirava, (...) (depoimento judicial da testemunha arrolada na Denúncia DOMÍCIO FELISMINO DE ALMEIDA, às fls. 54/55 – grifos nossos).

"Que é verdadeira a imputação feita ao réu, na denúncia, pois o mesmo assassinara a vítima porque em tendo a declarante trabalhado na padaria de propriedade da vítima, esta passou a assediar a declarante e veio com a mesma manter relações carnavais; que na ocasião a declarante contava com treze anos de idade, que somente soube que o acusado tomou conhecimento de que a declarante praticara relações sexuais com a vítima, após a ocorrência do crime. (...) que algum tempo após haver saído da Padaria da vítima, não mais tendo relações com a mesma, a declarante ficou noiva de outro rapaz e por ocasião da distribuição dos convites para os amigos, a vítima passou a comentar na localidade que havia mantido relações sexuais com a declarante, fato este que fez como que o noivo terminasse o casamento; que em razão deste fato, o acusado então resolveu ir à forra com a vítima, assassinando-a." (depoimento da testemunha arrolada pelo Parquet Glaucete Gomes da Silva, filha do Apelado, às fls. 120 – grifos nossos).

As demais testemunhas não presenciaram o crime, somente relatando o que ouviram dizer.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

050

Por certo, não é qualquer dissonância entre o veredicto e os elementos de convicção colhidos na instrução que autorizam a cassação de julgamento proferido pelo Tribunal do Júri, dada a sua soberania constitucionalmente reconhecida no art. 5º, XXXVIII, letra "c", da Carta Magna. Ao revés, somente a decisão dos jurados que não encontra apoio no conjunto probatório é que pode ser invalidada. Nesse sentido:

"É certo que a soberania dos veredictos não se confunde com arbítrio, nem tampouco exclui a recorribilidade de suas decisões. Entretanto, ocorrendo decisão manifestamente contrária à prova dos autos, cabe a anulação do julgamento para que outro seja realizado, respeitando-se desta forma, o preceito constitucional" (TJSP – Ap. Crim. 338.268-3/3 – Rel. Des. Gonçalves Nogueira – 3ª C. Crim. – J. 27.11.2001 – M.V.).

O que não é o caso dos presentes autos, no nosso entendimento.

A tese de legítima defesa da honra é aceita pela maioria da doutrina, como ensina SOUZA NUCCI, sendo a honra um direito garantido pela própria Constituição. Segundo o autor, o Código Penal não fez distinções entre os direitos passíveis de proteção através de tal instituto, razão pela qual é cabível a sustentação da possibilidade de reação contra agressão à honra (*in* Código Penal Comentado, Editora Revista dos Tribunais, 8ª edição, 2008, p. 263).

No caso em apreço, o acusado, tendo em vista o fato da vítima ter desvirginado a sua filha, o que levou ao cancelamento do noivado da mesma, somado aos deboches da vítima, atirou contra ela, provocando ferimentos que levaram-na à morte.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

051

O Egrégio Conselho de Sentença acolheu uma das teses trazidas em Plenário, quer dizer, diante da matéria de fato que lhe foi apresentada, e diante da pergunta que lhe foi feita, o Conselho de Sentença não decidiu contrariamente à prova dos autos.

A atribuição do Tribunal Togado não é reavaliar a prova e interpretá-la à luz de doutrina ou jurisprudência majoritária. Cabe-lhe, unicamente, confrontar o veredicto dos jurados com as provas colhidas e existentes nos autos, concluindo pela harmonia ou desarmonia entre ambas.

A decisão do Júri, absolvendo o apelado, não está divorciada da prova colhida nos autos, afeiçoando-se a espécie ao disposto no art. 593, III, "d", do Código de Processo Penal. Quanto a esta questão, a jurisprudência tem assim se posicionado:

"Não há ofensa ao art. 593 – III – d do CPP na decisão que remete ao réu a novo júri, se a única versão consentânea com o acervo probatório foi desacolhida pelo júri" (STF – RE 115.771-2-CE – Rel. Min. Francisco Rezek – 2ª. – J.23.8.88 – Un.) (DJU, 16.9.88, p. 23.318).

"Júri – Soberania – Julgamento manifestamente contrário à prova dos autos. Não ofende o princípio da soberania do Júri a decisão do Tribunal que determina seja o réu submetido a novo julgamento, por ter sido o primeiro proferido manifestamente em desconformidade com a prova constante do processo, já que a versão aceita pelos jurados, de negativa de autoria, não encontra apoio nos fatos apurados" (STF – HC 58.976-6-RJ – Rel. Min. Cunha Peixoto – 1ª T. – J. 4.8.81 – Un.) (DJU, 28.8.81, p. 8.2364).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

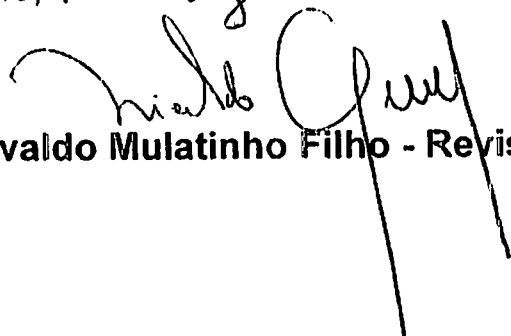
052

Assim, como exposto, a versão aceita pelos jurados, que trouxe a absolvição do apelado ILDEFONSO DE LIRA BELCHIOR, encontra apoio no conjunto probatório.

Deste modo, meu voto é pelo improvimento do apelo da Promotoria de Justiça, mantendo a decisão do Tribunal do Júri, que absolveu o apelado ILDEFONSO DE LIRA BELCHIOR.

É como voto.

Recife, 17 de dezembro de 2009.


Des. Nivaldo Mulatinho Filho - Revisor